

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

GABRIELLA OLIVEIRA VASCONCELOS

**INFÂNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS VISÕES DE
PROFESSORAS E DIRETORAS DE DUAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA
2018

GABRIELLA OLIVEIRA VASCONCELOS

**INFÂNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS VISÕES DE
PROFESSORAS E DIRETORAS DE DUAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória
– FDV, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Dr. André Filipe P. R. dos
Santos.

VITÓRIA

2018

GABRIELLA OLIVEIRA VASCONCELOS

**INFÂNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS VISÕES DE
PROFESSORAS E DIRETORAS DE DUAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em ___ de dezembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. André Filipe P. R. dos Santos.
Faculdade de Direito de Vitória

Profº
Faculdade de Direito de Vitória

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a mudança histórica que ocorreu tanto na Educação Infantil quanto na forma como as crianças eram vistas pelas sociedade antes do rompimento das relações tradicionais e conseqüentemente o surgimento da Sociologia da Infância. O surgimento de uma nova forma de pesquisar as crianças, foi de extrema importância para o presente trabalho, já que a intenção era demonstrar que as crianças absorvem os valores que tentam ser impostos tanto pela escola, quanto pela família, e que apesar disso, ainda são capazes de criar um “mundo infantil” no qual tem suas próprias regras e valores. Ressalta-se ainda, que apenas o trabalho da escola não é suficiente para romper com esse tipo de estereotipização, é essencial a participação da família para que ocorra um verdadeiro progresso. Além do mais, é direito do Estado de elaborar propostas para sanar essas lacunas na Educação Infantil, a fim de uma educação digna.

Palavras-chave: Educação infantil; gênero; sexualidade;

.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	05
1 A INFÂNCIA COMO OBJETO DE PESQUISA	08
2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
3 UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É inegável que, atualmente, muitos conceitos tradicionais tem sido quebrados, e assim, como tudo o que é novo, é preciso ser estudado. Tem-se como exemplo o surgimento do feminismo, os movimentos LGBT's, as mudanças de como se abordar tais assuntos nas instituições escolares e a aquisição de direitos dos homossexuais.

As mudanças supracitadas, trazem com si um leque de possibilidades de assuntos que podem ser explorados, tanto sobre ética e cidadania quanto sobre iniciação sexual, prostituição, violência e pornografia. Caso esses assuntos não sejam tratados, a médio e longo prazo podem gerar graves consequências como a violência de gênero e o desenvolvimento de pensamentos preconceituosos que a princípio podem parecer inofensivos.

Baseado nessas preocupações que surge o interesse da pesquisa sobre gênero e sexualidade com o enfoque na Educação Infantil, devido a importância de tratar desses assuntos na fase em que o ser humano mais absorve conhecimento e informações, já que a escola é o local onde a criança aprende a se tornar crítica e questionadora, sendo muito comum que muitas dela absorvam preconceitos e discriminações que são tão presentes na nossa sociedade.

É importante ressaltar que os conceitos tanto de gênero quanto de sexualidade não devem mais ser tratados baseados nos parâmetros de antigamente, tendo em vista que atualmente a sociedade possui novas demandas e interesse coletivos, tendo assim uma luta de classe crescente que clama por políticas efetivas que irão garantir seus direitos.

A partir do momento que entende-se tal mudança, fica mais fácil compreender que é essencial que sejam abandonadas atitudes tradicionais e antiquadas que não se encaixam mais na realidade da sociedade, principalmente no meio educacional.

A escola tem um papel fundamental na construção da identidade humana, pois funciona com uma formadora de caráter e de construção social. Entende-se então,

que a partir de uma educação em que exista diálogo e troca de ideias, a escola se transforma num local equilibrado socialmente.

Sendo assim, é claro que a complexidade do tema é grande, não bastando ser tratada nas escolas apenas através das atividades isoladas, devendo ser implementadas tais medidas no cotidiano dos alunos para que sejam absorvidas de forma natural e espontânea.

Ademais, é dever do Estado promover uma cidadania participativa observando os diálogos sobre diversidade sexual e de gênero, garantindo a todos o direito de viver de acordo com suas crenças e poder manifestá-las no cotidiano. Nesse sentido, questiona-se: Quais mudanças podem ser feitas para garantir o acesso a uma educação digna, pautada nos princípios da liberdade e igualdade?

Em resumo, o texto a seguir aborda conceitos de gênero e sexualidade visando destacar a importância desses temas serem discutidos na escola como uma forma de garantir uma educação mais focada em desenvolver seres humanos capazes de compreender a diversidade e a igualdade.

Neste cerne, o primeiro capítulo faz uma breve análise histórica do papel da criança na sociedade e das condições da infância. Tem-se então uma nova forma de enxergar a criança, fazendo com que haja um rompimento com as relações mais autoritárias entre pais e filhos(as), o que conseqüentemente influenciou críticas ao jeito clássico de fazer etnografia com crianças, com o surgimento da Sociologia da Infância.

Em seguida, o segundo capítulo refere-se a transgressão dos conceitos de gênero e sexualidade com o passar dos anos e como a imposição de valores tradicionais e rígidos, principalmente no contexto educacional, podem influenciar na formação de pessoas intolerantes e que irão disseminar atitudes sexistas sem ao menos perceber, devido a naturalização da separação do papel do homem e da mulher na sociedade.

Por último, o terceiro capítulo se encarrega da descrição das creches escolhidas para a pesquisa de campo e o porque de tal pesquisa ter sido selecionada. Ainda traz trechos de entrevistas realizados com professoras e diretoras das creches e relatos sobre a observação das crianças, junto com a volta de alguns debates já abordados nos capítulos 1 e 2.

A INFÂNCIA COMO OBJETO DE PESQUISA

O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre a mudança do papel da criança na sociedade com o passar dos anos e de enfatizar a importância de se dar o poder de fala às crianças quando ainda estão na Educação Infantil, devido ao papel fundamental que a escola tem na construção da identidade humana.

Para melhor compreensão do tema, é preciso voltar no tempo e analisar as mudanças das condições da infância. De acordo com Maria Walburga, “ocorreu um rompimento com as perspectivas tradicionais de compreender a infância ou as crianças”, deve-se entender que as crianças não são mais tratadas como antigamente, pois antes elas não eram vistas como um ser socializador, muito menos com poder de fala. (SANTOS, 2013, p. 1)

Nos anos 80 e 90, na Europa e nos Estados Unidos, o construtivismo social desestabilizou o conceito já consolidado de infância, justamente pelas críticas já mencionadas de que apenas o pesquisador tinha voz. Lançou-se então um olhar mais relativista, enfatizando a especificidade histórica e temporal da infância, mudando o foco agora para a construção através do discurso. (PROUT, 2010, p.3)

Lucena (2017) justifica essa relativização pelo fato de se encontrar em um período de transição porque houve um rompimento entre as relações mais autoritárias que existiam entre pais e filhos, ocorrendo então a transição para uma relação mais igualitária entre eles. Destaca-se a atenção ainda para a sensibilidade dos homens mais antigos, a qual é diferente da atual., principalmente no sentido do emprego da violência física como forma de castigos, como forma de disciplinar as crianças. Assim, cada vez mais se aproximam as famílias não convencionais e tradicionais que antes existiam, o que conseqüentemente, rompeu com o padrão de infância que existia.

Conforme Marchi, ao mesmo tempo que surgia uma nova forma de se enxergar a criança com a Sociologia da Infância, emergia também um forte movimento de crítica ao modo clássico de fazer etnografia. Na desconstrução do modelo clássico

de etnografia, a discussão central e a principal mudança que ocorreu foi em torno da questão da voz. (MARCHI, 2017, p.5)

As principais críticas à esse modelo se baseavam no fato da presença do pesquisador existir de forma excessiva, conseqüentemente “apagando as vozes, as interpretações, os enunciados daqueles sobre quem fala.” (CALDEIRA, 1988, p.133). O que ocorria com mais frequência eram pesquisas realizadas com adultos sobre as crianças, silenciando elas, por acharem que as observações/perguntas realizadas às crianças eram inválidas.

Ainda segundo Marchi, nos casos das investigações etnográficas com crianças, é “essencial compreender que significado(s) das ações das crianças têm ou assumem no sistema simbólico das suas culturas infantis”, alcançando assim “compreensão sobre a sociedade de forma mais ampla.” Ocorre que, por mais que as crianças estejam num ambiente comandado por adultos, elas são capazes de criar uma “sociedade infantil”, ou seja, com suas próprias regras e valores. (MARCHI, 2017, p.7)

Surge assim, uma nova linha de pensamento, que não vê mais infância como uma fase passiva, mas a infância como construção social. Começam a dar mais valor para o que as crianças pensam, sentem e demonstram, pois o pesquisador circula por locais exclusivos de crianças, tentando de certa forma entrar em seu mundo.

Como já dito, nos anos 1980 e 1990, a sociologia tentava se manter em harmonia com o conjunto de mudanças sócias que romperam com os pressupostos tradicionais. Sendo assim, o objetivo da Sociologia da Infância era a re-problematização das pesquisas, criando espaço para a infância no discurso sociológico e encarando a complexidade e ambigüidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável. (PROUT, 2010, p.4)

Para criar um espaço para a infância no discurso sociólogo, é importante compreender que por se tratar de crianças, a observação ao comportamento/reação delas é de onde vem a maior fonte das pesquisas. Além disso, falar de “tratar a infância como um fenômeno contemporâneo e instável”, quer dizer deixar de tratar a

criança como um ser sem capacidade crítica, e pensar na criança a partir dos processos de socialização, vê-la ela como protagonista, exaltando assim a sua importância na sociedade.

Importante destacar que não são apenas as vozes que precisam ser ouvidas, é necessário começar a dar importância aos comportamentos das crianças. Ou seja, as ações das crianças possuem seus significados e é de enorme importância o pesquisador fazer parte dessas atividades para compreender melhor as culturas infantis.

Em nossa cultura, cuidar das crianças é tarefa tradicionalmente realizada pela mulher, no entanto, com o crescimento da presença da mulher no mercado de trabalho aumentou muito o número de pais que buscam ajuda de profissionais para cuidarem de seus filhos. Já que, antigamente, quem se encarregava de criá-los eram as mulheres, que permaneciam a maior parte do seu tempo em casa realizando tarefas domésticas. (GOMES, P.3)

Nessa mesma linha de raciocínio, também é importante abordar um pouco sobre como era a educação antigamente, com escolas separadas de meninos e meninas. No caso das escolas femininas, as crianças passavam por horas de aprendizados de trabalhos manuais, para que se pudessem formar mulheres prenyadas, preparadas para tomar conta de um lar. (GOMES, p. 3)

Esses valores podem ser vistos até hoje na sociedade, e um dos fatores que mais dificulta o estabelecimento de uma nova ordem é a naturalização da diferença entre homens e mulheres. Sendo assim, é muito importante que para que as crianças possam ser desconstruídas, que as educadoras(es) estejam muito bem preparados, pois as crianças se espelham em seus professores e seguirão seus comandos e ensinamentos. (GOMES, p .4)

No entanto, com essa mudança, o primeiro ambiente fora do seu lar em que a criança tem a oportunidade de se socializar é a instituição escolar. (SILVA; LUZ, 2010, p.10). Local no qual tem a possibilidade de vivenciar experiências culturais distintas das ofertadas pelo ambiente familiar.

Expõe-se então, que as escolas não são responsáveis apenas por tomar conta de crianças enquanto seus pais trabalham, também são responsáveis pela formação de caráter do indivíduo. Devido a isso, a escola tem uma responsabilidade muito grande de estar sempre se adaptando à fase em que a criança se encontra, devendo orientá-la da melhor maneira possível.

É evidente que os primeiros anos de vidas são primordiais para um crescimento e desenvolvimento harmonioso do ser humano. Partindo dessa premissa, é possível afirmar que é nessa fase que as crianças constroem seus gostos mais íntimos, suas aspirações e pré-conceitos. (GOMES. P.5)

É na escola que são despertadas as primeiras curiosidades, os primeiros pensamentos divergentes, é o primeiro lugar em que a criança pode interagir com o desconhecido, criando assim seu senso de moralidade e empatia por determinadas coisas.

No entanto, é inegável que nossa sociedade sofre com a padronização do comportamento das pessoas, e é nesse ponto que mora o perigo. As crianças estão em fase de desenvolvimento, de aprendizado, ou seja, absorvem e reproduzem com facilidade o comportamento dos adultos, o que torna mais importante ainda o papel dos educadores de se manterem sempre focados em passar a seus alunos os valores baseados na diversidade e no respeito.

Cabe a escola, espaço público de promoção de desenvolvimento integral da criança, garantir o compromisso ético e constitucional de respeito e incentivo a diversidade sexual, étnico racial, entre outros.

Em se tratando de crianças, os recursos são amplos e fáceis de lidar, como filmes, brincadeiras, livros, etc. Frison (2010) afirma a importância das atividades e jogos realizados na escola infantil como meio de abrir espaço para diálogo e aprendizagem sobre gênero e sexualidade. Não é necessário que seja usada uma linguagem explícita, já que a identidade individual de cada um se desenvolve através das relações interpessoais que acontecem ao escutarem uma história infantil, nos

jogos e em outras atividade propostas cotidianamente no ambiente escolar.

A identidade individual é construída nos espaços da sociedade em que participamos, como família, escola, religião, trabalho, etc. Essa identidade pode ser descrita como “um processo dinâmico que percorre todo o período de existência social (...) permite o reconhecimento social no desenvolvimento psíquico, onde invariavelmente atuam fatores psicológicos e comunitários” (OLIVEIRA, 2015, p.233)

Esse processo de construção de identidade individual ocorre para as crianças de forma muito natural, enquanto estão brincando, durante o horário de comer, conversando com outras crianças. São a partir das atitudes que elas observam de seus colegas, de seus professores e familiares que as crianças irão reproduzir seus comportamentos. (FERNANDES; ELALI, 2008)

A dedicação à “diversidade da infância” implicará necessariamente considerar uma série de marcadores de identidade que irão contribuir para a construção de identidade de cada um (QVORTRUP, 2010). Alguns marcadores sociais que bombardeiam a infância, são o gênero, a sexualidade, a orientação sexual, o corpo, etc.

Percebe-se, então, que falar da construção de caráter da criança durante a Educação Infantil não é tarefa fácil, são inúmeras condições que influenciam nos pré-conceitos adquiridos por elas. Ainda assim, há adaptações que podem ser feitas, para que cada vez mais as crianças se sintam confortáveis para se expressarem da maneira que desejam, se tornando serem livres, pautados em valores como a igualdade e o respeito com o próximo.

É então imprescindível que a instituição educacional ofereça ambientes propícios para o desenvolvimento das brincadeiras das crianças, pois são nesses locais que a criança se torna agente do seu próprio desenvolvimento, já que seleciona seus brinquedos, atividades e colegas. (FERNANDES; ELALI, 2008).

É importante que os professores destaquem sempre a importância da livre escolha, não devendo inibir seus alunos a funções sociais estabelecidas antecipadamente ou impostas sob pena de castigo.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Discutir sobre sexualidade e gênero das crianças não é a prioridade entre os projetos pedagógicos das instituições de ensino. Acontece que muitos educadores, acreditam que a aprendizagem se dá apenas pela transmissão de conhecimento, criando assim um padrão de pessoas que seguem determinados valores que não condizem com os interesses da coletividade atual. (FRISON, 2010)

De acordo com Edgar Morin (2001), existem sete buracos negros da educação, sendo o primeiro deles, o “conhecimento”. Ele afirma em sua tese que “O conhecimento nunca é reflexo ou espelho da realidade. É sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução. Toda tradução comporta o risco do erro.”

Então, para aqueles que levam os significados dos dicionários como dogmas em suas vidas, talvez encontre dificuldade para iniciar esse diálogo, os conceitos que a seguir serão trabalhados vão além de compreensões tradicionais e obsoletas.

Para início de debate, é indispensável olhar para o passado para compreender como ocorreu a quebra dos parâmetros tradicionais em relação aos conceitos de gênero e sexualidade e como essa mudança de ponto de vista influencia na Educação Infantil.

Existe uma abordagem mais essencialista, que considera o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam na definição do gênero pelo critério biológico e pela identificação da genitália. Baseado nessa perspectiva, tem-se a colocação do sexo como uma categoria inicial, a padronização começa a partir da descoberta do sexo do bebê. A partir daí, aqueles classificados como do sexo masculino e as pessoas identificadas como do sexo feminino recebem tratamentos diferenciados, assim como experiências, expectativas e benefícios. (BUSS-SIMÃO, 2012).

Quando a mãe descobre que irá ter um menino(a), acontece todo um planejamento em volta disso, já começam a escolher o tema para o chá de fraldas, a cor das roupinhas, como vai ser o quarto, e na maior parte das vezes, essas escolhas são

pautadas nos padrões estabelecidos pela sociedade do que um menino pode usar e do que uma menina pode usar.

Essa diferenciação de tratamento que o ser humano recebe desde quando é concebido é capaz de o influenciar pelo resto da vida. Desde bebê já estabelecem quais cores ele é permitido usar, rosa para as meninas e azul para os meninos, quais esportes são femininos ou masculinos, qual a forma mais adequada de se vestir para que você não extrapole aquilo que é considerado “normal” pela a sociedade.

Lionço e Diniz (2009) analisaram o conteúdo de 65 livros do Ensino Fundamental e Médio, e segundo as autoras, a sexualidade é abordada pelo viés da reprodução, fomentando a heterossexualidade compulsório, com predominância nos livros de biologia.

Molda-se dessa forma uma pessoa engessada pelos pré-conceitos tradicionais estipulados há anos por uma sociedade que não vê a importância da diversidade e que perpetua até hoje. No entanto, a sociedade atual possui novas demandas e interesses coletivos, tendo assim lutas crescente que clama por políticas efetivas que irão garantir seus direitos.

Juntamente com esse crescimento, as abordagens construcionistas também tem ganhado cada vez mais espaço, que não negam as diferenças biológicas entre mulheres e homens, mas consideram o gênero e a sexualidade como produtos de construções sociais, com dimensões pessoais, sociais e políticas, compreendido dentro de um contexto específico. (PICCHETTI, 2012, p.1)

Jordan (1995) aponta que as pessoas passam por um processo dividido em duas etapas: a de adoção de uma identidade de gênero; a de negociação de posicionamento das noções de gênero.

Essa primeira etapa de adoção de uma identidade de gênero é relacionado àquela escolha precoce que ocorre entre 2 e 3 anos de idade, momento em que já são capazes de se definir como um gênero. Apesar disso, mesmo que já se tenha

adquirido uma identidade de gênero, a criança nessa idade ainda não é capaz de ter noção do posicionamento social implicado em pertencer a determinado gênero, e é aí que se encontra a segunda fase apontada por Jordan.

Sendo assim, a sexualidade pode ser vista como “a base da curiosidade, a força que nos permite elaborar e ter ideias, bem como o desejo de ser amado e valorizado à medida que aprendemos a amar e a valorizar o outro” (BRITZMAN, 1998, p.162). É por isso que a sexualidade e o gênero estão presentes tanto nos momentos de interação escolar quanto não escolar, influenciando na formação da sua identidade individual e no seu auto conhecimento, além de influenciar na forma como tratar o próximo.

A partir do momento que entende-se tal mudança, fica mais fácil compreender que é essencial que sejam abandonadas atitudes tradicionais e antiquadas que não se encaixam mais na realidade da sociedade, principalmente no meio educacional.

Como já foi dito, a escola tem um papel fundamental na construção da identidade humana, pois funciona com uma formadora de caráter e de construção social. Entende-se então, que a partir de uma educação em que exista diálogo e troca de ideias, a escola se transforma num local equilibrado socialmente.

Ao entrar no âmbito da escola, é impossível ignorar o padrão heteronormativo estabelecido. Esse padrão é “pressuposto de que a sexualidade ‘verdadeira’ ou ‘normal’ seja a heterossexualidade, considerando outras orientações sexuais apenas como ‘as outras’ ou ‘desviantes’”. No entanto, isso implica na marginalização das sexualidades diferentes da heterossexualidade, produzindo de certa forma uma violência não-declarada. (PICCHETTI, 2012, p.5)

Essa violência não-declarada é reforçada ainda mais com as práticas sexistas nas escolas, responsáveis pela estereotipação das relações de gênero. Não é raro encontrar instituições escolares que estimulam padrões e segregações, como: divisão de tarefa por sexo, de brinquedos, de filas e a diferenciação em relação à verbalização de expectativas e frustrações em função do gênero.

As expectativas criadas pelos adultos sobre as crianças influenciam muito na divisão do trabalho e de responsabilidades. De acordo com pesquisa realizada por Senkevics e Carvalho (2015), foi possível alcançar a resposta de que as tarefas domésticas eram executadas pelas meninas como parte de sua rotina, pois acreditavam que aquilo era o certo a se fazer, já que estavam reproduzindo o comportamento de suas mães.

Além de adotarem práticas ultrapassadas de ensino, muitos professores acabam por sua vez se tornando “vigilante” da possível orientação sexual das crianças, assim como escreve Louro; Felipe; Goellner (2003,p.34).

A preocupação com os meninos parece ser ainda maior quando eles brincam de bonecas ou mesmo quando brincam na maior parte do tempo com as meninas. Estar com o sexo feminino parece denegrir a imagem masculina hegemônica. Assim meninos e meninas seguem suas vidas aprendendo que devem estar em mundos separados, que suas experiências não devem ser compartilhadas com o que consideram sexo oposto.

As representações sociais apontam que “as profissões ligadas à emoção, afeto e sensibilidade são entendidas como espaço de mulher, enquanto que aquelas relacionadas à razão, à inteligência e à força são tomadas como apropriadas pelo homem.” Além do mais, ainda de acordo com a pesquisa referida, na hora do lazer, os meninos tem mais acesso às ruas para poderem brincar, enquanto as meninas devem permanecer dentro do ambiente doméstico. Resultados como esses demonstram que ainda enxergam o homem como o sexo forte e a mulher como o sexo frágil. (MARTINS; RABELLO, 2006)

É possível concluir a partir disso, que são produzidos símbolos e significados que “diferenciam os corpos de homens e mulheres, suas aparências, seus modos de ser e de comportar, resultando em noções estereotipadas acerca do que é e pode ser um homem ou uma mulher”. Pode-se dizer também que esses estereótipos são responsáveis pela generificação dos campos profissionais, não é atoa que num total de 498.785 professore/as na educação infantil, apenas 3,14% são homens, o que equivale a somente 15.703.(JAEGER; JACQUES, 2016).

Vê-se que tratar de questões de gênero e sexualidade traz um leque de possibilidades de assuntos que podem ser explorados, tanto sobre ética e cidadania quanto sobre iniciação sexual, prostituição, violência e pornografia. Caso esses assuntos não sejam tratados, a médio e longo prazo podem gerar graves consequências como a violência de gênero e o desenvolvimento de pensamentos preconceituosos que a princípio podem parecer inofensivos.

Além disto, o direito a educação é protegido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como um Direito Fundamental, em seu capítulo de Direitos Sociais, no artigo 6º. Sendo assim, é dever do Estado promover uma cidadania participativa observando os diálogos sobre diversidade sexual e de gênero, garantindo a todos o direito de viver de acordo com suas crenças e poder manifestá-las no cotidiano.

A orientação sexual é um dos temas transversais que constitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que são elaborados pelo MEC juntamente com outros sistemas de ensino, ou seja, é certo afirmar que se trata de uma questão importante e urgente presente sob várias formas na vida cotidiana, se igualando a importância de outros temas transversais como o meio ambiente e a saúde.

Ainda, de acordo com o artigo 27 da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a escola deveria sempre visar a democracia como diretriz. No entanto, apenas isso não é suficiente para que se alcance a educação almejada, pois os PCN's foram organizados para servirem de referencial fomentador da discussão sobre os currículos, podendo ou não ser acolhido pelas escolas.

Vale ressaltar a importância que os professores e toda a comunidade escolar possuem para a construção do caráter individual de cada um. É na escola que são transmitidos os valores e normas que irão preparar a pessoa para que ela consiga viver da melhor forma possível em coletividade. Seguindo essa lógica, é indispensável que na escola haja um espaço para diálogo de questões que realmente estão presentes na sociedade.

O gênero e a sexualidade são temas que tem ganhado maior repercussão atualmente e por isso é essencial que seja tratado no cotidiano e nas aulas dos alunos, conseguindo assim estimular em cada um, uma atitude crítica que vai fazer com que a criança aprenda a reconhecer seus limites em suas relações com os outros e seus limites perante a coletividade.

UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Foi realizada em outubro de 2018 um trabalho de campo em duas instituições educacionais no município de Vitória/ES, uma particular e uma pública, com o objetivo de investigar melhor a transmissão de elementos culturais e sociais através da (in)existência de atitudes sexistas, na educação infantil.

Como já dito no capítulo anterior, pesquisar sobre o ponto de vista das crianças é uma realidade muito recente. É necessário que se mude o ponto de vista do pesquisador para compreender o mundo em que as crianças vivem, baseadas em suas regras. (BUSS-SIMAO, 2012)

Com base nisso, é possível afirmar que a estrutura social de uma instituição de educação infantil é imposta pelos adultos. Ou seja, devido uma construção histórica-social os adultos são responsáveis por socializar as crianças e por ser o elo que mantém essa estrutura funcionando. (BUSS-SIMAO, 2012)

Ainda assim, mesmo essa estrutura sendo muito forte, as crianças são capazes de criar uma realidade alternativa a ordem institucional adulta, “tendo como referencia valores e regras sociais delas próprias, revelando que não se limitam a reproduzir o mundo dos adultos”. (BUSS-SIMAO, 2012)

A escolha pela pesquisa de campo se deu justamente pela necessidade de compor uma ligação entre a pesquisa de campo e os estudos teóricos, buscando compreender qual papel é exercido pela instituição de ensino para a construção de conceitos de gênero e sexualidade. (PONCIO.2018)

Sendo assim, foi optado por estudar duas instituições escolares. A primeira instituição pesquisada, Creche 1 é pública e considerada uma das melhores do município de Vitória/ES. Já a outra instituição pesquisada, foi a Creche 2, creche particular localizada em área nobre da cidade com mensalidade altíssima, que atende crianças de 0 a 6 anos de idade em período integral.

A estratégia utilizada para conseguir conversar com as profissionais das instituições escolares foi me apresentando como estudante de Direito, com interesse em pesquisar a Educação infantil, de início não foi informado o exato objetivo da pesquisa, como forma de evitar que as entrevistas ficassem limitadas às respostas.

Em ambas foram realizadas entrevistas com as seguintes profissionais: duas diretoras (uma de cada instituição), duas professoras (uma de cada instituição), além de momentos de observações das crianças. Tanto na Creche 1, quanto na Creche 2, fui recebida de braços abertos por todas as profissionais com quem conversei, foi possível perceber a curiosidade em relação ao objeto da pesquisa e o que, conseqüentemente levou a ótima cooperação das entrevistadas na pesquisa.

Foram feitas quatro perguntas as diretoras e professoras. As três primeiras se relacionam uma com a outra: “Quantos(as) professores (as) tem na creche?”, “Você acha que a mulher estar mais presente na Educação é influenciado por como a sociedade enxerga a mulher?”.

Ambas tinham o objetivo de fazer um levantamento quantitativo sobre a presença da mulher como professora nas instituições e ainda de abrir um debate com as entrevistadas sobre o motivo de tal resultado. Nessa mesma linha de raciocínio, a terceira pergunta, foi: “Vocês percebem algum tipo de bloqueio por parte das crianças em interagir com professores do sexo masculino sexo?”.

Já a última pergunta, foi referente as formas de separação das crianças na hora das atividades: “ As crianças ao realizarem tarefas como brincadeiras, jogos, etc, são separadas baseadas em qual fator?”. Buscava-se com essa pergunta, compreender se a divisão de atividades baseado em sexo poderia influenciar de certa forma na naturalização dessa forma de divisão.

O primeiro ponto a ser abordado foi em relação a presença hegemônica da mulher como professora na educação infantil, o qual foi comprovado através da entrevista com a diretora da segunda creche, que informou que são seis professoras contratadas e que nunca houve nenhum professor homem trabalhando por lá.

Além das professoras, outras funções como secretaria, faxineira, etc, também eram compostas 100% por mulheres, com exceção do segurança que era do sexo masculino.

Resultado semelhante foi encontrado na Creche 1, a qual é composta por dez professoras e seis auxiliares de creche, todas do sexo feminino, contando apenas com um professor homem, que leciona Educação Física.

De acordo com Monteiro e Altmann (2014), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”. Ou seja, volta-se para o debate do sexo feminino ser atribuído à fragilidade, ao cuidado e ao educar, relacionadas à maternidade e ao âmbito doméstico, enquanto o sexo masculino, à força e à segurança.

Ainda assim, quando a professora 2 da Creche 2 foi questionada sobre o fato da presença da mulher ser maior na educação infantil, ela afirmou não acreditar que isso se dava pelo fato da mulher estar sempre vinculada a esse olhar da sociedade como o “sexo mais frágil”.

Professora 2: “Eu particularmente não acho que tem motivo pra ter só mulher dando aula, acho só que mulher gosta mais de cuidar de criança, tem mais jeito mesmo, mas não porque é o sexo frágil, mas porque é a gente que bota a criança no mundo.”

No entanto, o ponto de vista da diretora 1 da Creche 1 foi diferente.

Diretora 1: “Olha, essa questão da Educação Infantil é uma coisa mais cultural mesmo, a Educação Infantil surge mais para atender demanda das mães que “tavam” trabalhando fora, que precisavam trabalhar, mais voltada pro caráter assistencialista. O que acontece normalmente, o papel da mulher acaba ficando muito associado com essa questão de cuidar, apesar da gente não compreender a educação infantil dessa forma, só o cuidar, a gente diz que o cuidar e o educar andam juntos.”

Rosemberg (1999, p.11) que alega que a Educação Infantil nas vertentes de creche e pré-escola, é uma atividade vinculada à “produção humana”, considerada do

gênero feminino, tendo sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais.

Monteiro e Altmann (2014) afirmam ainda que essa desigualdade entre os sexos nas profissões é ainda mais evidente na docência dedicada a pequena infância, já que “quanto menor a idade da criança atendida, menor a participação masculina na docência e menor a remuneração dos profissionais da área”. Ressaltam ainda o fato de que na educação superior, a presença masculina e os salários pagos são mais elevados.

Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se afirmar que isso se dá pelo fato de na Educação Infantil existir mais contato com o corpo, e quando os cuidados com as crianças são realizados por homens, muitas famílias sentem inseguranças, assim como relata.

Diretora 1: “Meio que se espera de certa forma, né? Que a professora infantil seja mulher, acontece as vezes de ter professor infantil, mas é muito raro. E quando isso acontece, geralmente tem alguns tipo de resistência. Nós tivemos aqui dois irmão gêmeos que eram professores, e no caso deles ainda tinha o agravante de serem homossexuais, imagina assim as famílias tinham uma certa resistência, não todas, mas algumas”.

A diretora 1 ainda adicionou que as maiores inseguranças das famílias surgiam no momento da ida ao banheiro e que as reclamações ocorreram tanto por parte de pais de meninos, quando por pais de meninas.

Quando questionada sobre a reação das crianças em relação a presença de professores homens na escola, a diretora 1 da Creche 1 alega que não existe nenhum tipo de bloqueio, muito pelo contrário.

Diretora 1: “Das crianças não, a gente percebe mais pela família. Por exemplo, os professores gêmeos que trabalhavam aqui eram muito queridos pelas crianças, e o professor de Educação Física também. Acho que porque é uma figura diferente na escola, porque é sempre mulher, então quando aparece um homem na escola, é novidade.”

É possível perceber que muitas vezes essas barreiras que são levantadas pelas famílias, não são influenciados pela vontade da criança, mas sim por vontade própria dos pais. Por meio dessa naturalização da divisão do homem e da mulher e

de qual profissão serve para cada um, as chances de progresso se reduzem. Para modificar esse tipo de dominação, “não basta uma revolução econômica, é necessária uma revolução simbólica, que se processe nas cabeças. É preciso tomar consciência dos fatos para articular meio de revertê-los.” (GOMES, 2008)

Como já dito no primeiro capítulo, as crianças adquirem suas maiores descobertas por meio de conversas e situações umas com as outras, através de brinquedos, personagens de desenhos etc.

Em outra oportunidade na qual a pesquisadora observava brincadeiras que aconteciam no pátio, onde todas as crianças estavam fantasiadas devido a um evento de Halloween, uma aluna da Creche 1 chegou com uma fantasia da Elza, princesa do filme Frozen da Disney.

Outras duas meninas, também fantasiadas de princesas, chegaram perto da “princesa Elza” e ficaram claramente empolgadas com as fantasias uma das outras. Ficaram então brincando numa casinha como se fosse os castelos delas. Então um menino se aproxima, fantasiado de Wolverine.

Wolverine: Eu também quero brincar!

Princesa Elza: Você não pode brincar de castelo, você é Wolverine, não é princesa.

O Wolverine sai de perto das princesas por um tempo e depois retorna com uma coroa que pegou no baú de brinquedos.

Wolverine: E agora? Posso brincar?

Princesa Elza: NÃO! Essa brincadeira é pra menina, não é pra menino.

Cansada da insistência do “Wolverine”, “Princesa Elza” mostra a língua para ele e as outras princesas meninas largaram sua brincadeira e começaram a imitar a atitude da “Princesa Elza”, fazendo caretas e gritando. O “Wolverine” apenas se retirou e

voltou a brincar com os outros meninos com carrinho na areia, mas não deixou sua coroa para trás.

Nesse momento de interação, percebe-se que o que desperta a atenção delas são fantasias, acessórios como a coroa, etc. Elas constroem suas definições de gênero baseado em qual fantasia, adereço ou brincadeira é feito para menino e para menina.

A repetição do comportamento das outras duas meninas demonstra que as crianças de fato tem ponto de vistas estereotipados sobre as diferenças de gênero, já que em nenhum momento pareceram hesitar em relação à opinião da “Princesa Elza”.

No entanto, é muito importante os professores estarem atentos a isso, já que é provável que as crianças continuem reforçando esses estereótipos baseados principalmente na exteriorização de atributos de gênero. (BUSS-SIMÃO, 2012).

Outro objetivo da pesquisa era observar como as crianças eram divididas na hora das atividades. Na Creche 2, não houve nenhum tipo de divisão baseado em gênero, nem na hora de fazer fila para ir embora, ou na divisão de tarefa, nas quais as crianças “ajudam” a arrumar as salas e há um quadro com o nome e a função de cada um na hora da organização. Assim como relata a Diretora 2.

Diretora 2: “Aqui é todo mundo misturado, não tem essa separação só meninos ou só meninas, todo mundo brinca. Se quer brincar de bola, brinca de bola, se quer brincar de boneca, brinca de boneca. A gente tenta ensinar pra todos a sempre ajudar um o outro, por isso a gente tem esse quadro que tem o que cada um tem que fazer pra ajudar na organização da sala, tipo, organizar os lápis de cor, guardar os materiais no armário, essas coisas. “

No momento de observação do recreio, também não ocorreu divisão nem por parte dos professores nem por parte dos alunos. As crianças brincaram todas juntas, de boneca, carrinho, etc. , e quando perguntado às professoras como essa divisão era feita, a mesma disse que eram apenas divididos por idade, não existindo nenhuma atividade exclusiva apenas para meninos ou meninas.

Já na Creche 1, em conversa com a professora 1 foi explicado que a divisão das crianças variava de acordo com cada professor.

Professora 1: “Pra brincadeira, o que a gente costuma fazer, é tentar desconstruir essa coisa de rosa é pra menina e azul pra menino, mas de qualquer forma, muitas crianças já vem com isso de casa. As filas de banheiro, pra saída, comer e etc costumam ser divididas entre meninos e meninas, mas varia de acordo com a professora.”

Percebe-se então que por mais que em algumas creches, como foi o caso da Creche 2, não imponham divisões baseados em gênero, dividindo as tarefas igualmente para meninos e meninas, ainda existem outras instituições que são negligentes quanto se pronunciar no momento em que percebem que as crianças estão indo por um caminho de intolerância a diversidade.

É importante priorizar a diversidade na infância, ignorando então, a infância como um segmento estrutural ou como uma categoria generalizada. A Infância não é um bloco unido, as crianças estão sujeitas a inúmeras mudanças e experiências, devendo ser levado em conta o contexto social, etnia, gênero e nacionalidade, tendo uma complexidade infinita. (QVORTRUP, 2010)

No entanto, é bastante perceptível que grande parte dessa negligência por parte da escola é causada por medo das reações dos familiares, os quais são muitas vezes responsáveis por impor determinados comportamentos a seus filhos e por não compreenderem a necessidade de uma intervenção nesses momentos, para que o diálogo mais pra frente seja mais fácil e as crianças se tornem seres humanos melhores.

Ocorre entretanto, justamente o contrário, já que a maioria dos pais quando percebem que seus filhos estão demonstrando interesse por algo “do outro sexo” acabam por oprimir e castiga-los, fazendo com que a criança automaticamente desenvolva um medo de se expressar, de demonstrar seus interesses e seus gostos particulares.

Conclui-se então que a complexidade do tema é muito grande, não sendo possível que esse problema seja resolvido apenas através de atitudes vindas da escola, mas que também é necessário a colaboração dos pais para que ocorra um real progresso na busca pela efetivação do direito fundamental à igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado no trabalho, procurou-se a comprovação dos pontos abordados no primeiro e segundo capítulo através da pesquisa de campo que foi trazida no último capítulo. E a partir disso, pode-se concluir que é inegável que esse os aprendizados nas pré-escolas tem contribuído significativamente na reprodução da ordem dos gêneros.

Percebe-se então que muitos professores vem influenciando os alunos no sentido de impor às crianças sua próprias convicções, ignorando a forma como cada criança, individualmente, absorve as transmissões de elementos culturais e sociais.

Através do episódio analisado no capítulo III, pode-se perceber a centralidade da categoria gênero como responsável pela construção de relações e possibilidades de ação social. É o entendimento que as crianças tem sobre “meninos” e “meninas” que delimita quais brincadeiras cada um pode participar, qual fila cada um pode entrar, etc.

No entanto, é essencial entender que o apoio a esse tipo de atitudes na educação, a longo prazo, irá acabando naturalizando os padrões pré-estabelecidos de masculinidade e feminilidade, ou seja, os pais e a escola tem que aproveitar as oportunidade de choque de cultura e valões para tentativa de um diálogo, ao invés da imediata censura ou negligência.

Além do mais, foi possível perceber que existe a negligência dos professores/direção ao não intervir no momento certo, nos momentos em que as crianças reproduzem esses conceitos antiquados e tradicionais, perde-se assim a oportunidade de impedir que atitudes como aquela se tornem naturais. Torna-se então necessário que a equipe educacional seja adequada para estar preparada para evitar a imposição de valores preconceituosos.

Por fim, nesse trabalho contou com uma breve abordagem histórica da evolução da Educação Infantil e de como a criança era vista pela sociedade, trazendo ainda o

rompimento de relações tradicionais entre pais e filhos que culminou no surgimento da Sociologia da Infância, que vê as crianças como um ser socializador. Em seguida, são abordados os novos entendimentos a cerca dos temas gênero e sexualidade e como a utilização de parâmetros antiquados podem prejudicar o desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

BUSS-SIMÃO, Márcia. **Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil**, 2012,

BRITZMAN, Deborah. **Sexualidade e cidadania democrática**. IN: SILVA, Luiz Heron. **A escolar cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. Decreto no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.html. Acesso em 29 de maio de 2018

BRASIL, PARAMETRS CURRICULARES NACIONAIS. **Pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais**. V. 10. MEC, Brasília, 1997.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**. 292 p. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

CALDEIRA, Maria, **Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia**, 1988.

FERNANDES, Odara de Sá; ELALI, Gleice Azambuja. **Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: o que aprendemos observando as atividades das crianças**. 2008,

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Corpo, gênero e sexualidade na educação infantil**, 2008,

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escola**. 2008,

JAEGER, Angelita; JACQUES, Karine. **Masculinidades e docência na educação Infantil**, 2016,

JORDAN, Ellen. **Fighting boys and fantasy play: the construction of masculinity in the early years of school**, 1995.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**, 2009,

LUCENA, Ricardo de Figueiredo, **Os Corpos de Elias: a concepção de corpo e educação a partir de três trabalhos de Nobert Elias**, 2017,

LOURO, G.L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARCHI, Rita de Cassia, **Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética**, 2017,

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN Helena. **Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação**, 2014,

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2001,

MARTINS, Antonio M.; RABELO, Amanda O. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**, 2006.

OLIVEIRA, Paulo Victor Poncio. **Liberdade de gênero e sexualidade: O papel da educação na construção da identidade**. Paraná, 2015.

PROUT, Alan, **Reconsiderando a nova sociologia da infância**, 2010,

PICCHETTI, Yara de Paula. **Sexualidade e relações de gênero na escola: um diálogo com a orientação à queixa escolar**, 2012,

PONCIO, Ana Gabriela Rangel, **Direitos fundamentais a Educação e à igualdade racial: Uma investigação Bourdieusiana do papel da escola na construção da identidade racial no sistema de ensino público do município de Vitória/ES**. 2018,

QVORTRUP, Jens. **A tentação da diversidade – e seus riscos**. 2010,

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e Processos de exclusão**. 1999,

SANTOS, Maria Walburga, **Crianças no tempo presente: a Sociologia da Infância no Brasil**, 2013,

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues. **Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero**. 2010,

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto. **“O que você quer ser quando crescer?”. Escolarização e gênero entre crianças de camada populares urbanas**. 2015,